



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

005. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de 01 a 04:



(Bill Waterson, "O Melhor de Calvin".

<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 14.08.2025. Adaptado)

01. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) fizeram ... tornaram-lhe
- (B) fez ... tornaram-na
- (C) fez ... tornaram ela
- (D) fez ... tornaram-lhe
- (E) fizeram ... tornaram-a

02. As informações do 4º quadro permitem concluir corretamente que

- (A) o filho tem uma perspectiva de eficiência diferente daquela exposta pelo seu pai.
- (B) o filho e o pai defendem a ideia de que as máquinas deveriam ser mais eficientes.
- (C) o filho, assim como o pai, reconhece a eficiência das máquinas para suas vidas.
- (D) o filho e o pai acreditam que as máquinas gastam mais tempo do que o necessário.
- (E) o pai faz considerações sobre a máquina porque o micro-ondas é bastante lento.

03. Na tira, o termo empregado com sentido figurado é:

- (A) "Antigamente" (1º quadro).
- (B) "cliente" (1º quadro).
- (C) "instantâneo" (2º quadro).
- (D) "máquinas" (3º quadro).
- (E) "eternidade" (4º quadro).

04. A fala do pai no último quadro exprime um fato que poderia ter acontecido no passado, mas não se realizou. Ao reescrevê-la com uma perspectiva de que o desejo dele possa se realizar no futuro, essa fala deve assumir a seguinte forma:

- (A) Se nós quéríamos mais lazer, teríamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (B) Se nós quisermos mais lazer, teremos que inventar máquinas menos eficientes.
- (C) Se nós queremos mais lazer, tivéramos que inventar máquinas menos eficientes.
- (D) Se nós quisermos mais lazer, tínhamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (E) Se nós quisemos mais lazer, tivemos que inventar máquinas menos eficientes.

Leia o texto para responder às questões de 05 a 10:

Mais ambição para a primeira infância

Está previsto para o início deste mês o lançamento da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias para que um comitê intersetorial, formado por representantes de ministérios e da sociedade civil, propusesse um plano efetivo destinado à promoção e à proteção dos direitos de crianças de até 6 anos.

É importante dizer que o plano precisa ter a robustez compatível com seu papel histórico. É na primeira infância, afinal, que são dados os passos cruciais para o desenvolvimento infantil. Nessa etapa ocorrem os estímulos adequados que afetam, no longo prazo, indicadores de educação, saúde, trabalho, violência e desigualdade. E, embora sejam centrais na vida nacional, as crianças têm sido negligenciadas pelo País, apesar do que dizem a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância. O paradoxo explica o imperativo da política prometida: deve ser ambiciosa no propósito, criativa na estratégia, realista e integrada na governança entre União, Estados e municípios, consistente na concretude de suas metas e indicadores e, tão importante quanto tudo isso, detalhista nos métodos e nas ações propostas.

O Brasil tem hoje mais de 18 milhões de crianças na primeira infância, 55% das quais vivendo em famílias de baixa renda, e 60% que nunca frequentaram creche ou pré-escola, de acordo com dados apresentados ao governo pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e pelo Todos Pela Educação. Há, por baixo, 670 mil crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domi-

cílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual é de 27%. Ou seja, a pobreza atinge mais as crianças do que os adultos. Indicadores perversos as colocam ainda entre os mais vulneráveis a saneamento precário, insegurança alimentar e educação deficitária.

Há boas ideias em discussão, mas a execução segue como o principal desafio. Entre as propostas mais promissoras está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, no entanto, é repetir os equívocos da Caderneta da Criança: uma solução com baixa adesão e pouco alcance do público-alvo. Atualmente, os dados do desempenho escolar de uma criança, por exemplo, não são integrados com os da carteira de vacinação. As crianças brasileiras têm um número no sistema de saúde e outro no Cadastro Único, que identifica as famílias brasileiras de baixa renda e permite o acesso de famílias aos programas e benefícios sociais. A política pode apontar também informações e ações para a abertura de vagas em creches, ampliação da vacinação e uma espécie de frente nacional de atendimento a famílias carentes onde há crianças nessa faixa de idade.

(Editorial, <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 05.08.2025. Adaptado)

05. O editorial deixa claro que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância consiste em um plano

- (A) audacioso, restringindo-se os benefícios à primeira infância para as crianças de famílias carentes.
- (B) abrangente, garantindo-se que os seus benefícios sejam estendidos às crianças com idade superior a 6 anos.
- (C) inovador, ampliando-se os direitos das crianças com a modificação da maioria das leis vigentes a elas destinadas.
- (D) complexo, considerando-se a necessidade de garantir às crianças o pleno desenvolvimento que lhes é de direito.
- (E) básico, limitando-se a ações cujo impacto nas carências infantis podem ser irrelevantes para a maioria das crianças.

06. O paradoxo citado no 2º parágrafo do texto diz respeito

- (A) à publicação do decreto em junho de 2024 em contraponto com o lançamento da nova política em 2025.
- (B) às leis existentes para salvaguardar as crianças em contraponto com a criação de uma nova política.
- (C) à relevância das crianças na vida nacional em contraponto com a negligência a que elas estão expostas.
- (D) a uma nova política para a primeira infância em contraponto com o pouco número de crianças nessa faixa etária.
- (E) à ambição da nova política em contraponto com integração da governança entre União, Estados e municípios.

07. Entre as propostas mais **promissoras** está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, **no entanto**, é repetir os **equívocos** da Caderneta da Criança: uma solução com baixa **adesão** e pouco alcance do público-alvo. (4º parágrafo)

Sem prejuízo de sentido, as expressões destacadas no texto podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) propícias; portanto; deslizos; procura.
- (B) adequadas; ademais; perigos; importância.
- (C) auspiciosas; porém; erros; aprovação.
- (D) relevantes; todavia; enganos; amplitude.
- (E) impactantes; então; transtornos; aceitação.

08. Considere as passagens:

- É importante dizer que o plano precisa ter a robustez **compatível com** seu papel histórico. (2º parágrafo)
- Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domicílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual **é de 27%**. (3º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão de regência, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) adequada a; chega a.
- (B) necessária de; vai em.
- (C) equivalente com; atinge a.
- (D) conforme em; chega em.
- (E) prescindível de; vai a.

09. A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Se dão, na primeira infância, os passos cruciais para o desenvolvimento infantil com os estímulos adequados.
- (B) Com o novo plano, garantiria-se o atendimento a famílias carentes onde há crianças na primeira infância.
- (C) Existem boas ideias em discussão, mas a execução delas tem mostrado-se como o principal desafio.
- (D) Hoje, os dados do desempenho escolar de uma criança não integram-se com os da carteira de vacinação.
- (E) Com base nos dados do IBGE, conclui-se que a pobreza hoje atinge mais as crianças do que os adultos.

10. O acento indicativo da crase está em conformidade com a norma-padrão em:
- (A) A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, que teve o lançamento previsto para agosto de 2025, visa atender à todas as crianças com até 6 anos.
 - (B) Em 2024, a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância começou à ser analisada por representantes de ministérios e da sociedade civil brasileira.
 - (C) Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias à um comitê intersetorial, para que propusesse um plano voltado aos direitos da primeira infância.
 - (D) Uma das propostas mais promissoras corresponde à criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o diálogo direto com as famílias.
 - (E) 55% das crianças na primeira infância vivem em famílias de baixa renda, que não têm condições de garantir à elas frequência em creche ou pré-escola.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

11. Ao abordarem o planejamento do currículo escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apresentam alguns princípios práticos envolvidos nesse processo.

Na perspectiva dos autores, um bom currículo

- (A) privilegia as aprendizagens formais em detrimento das não formais.
- (B) ajuda a fortalecer a identidade pessoal e a subjetividade dos alunos.
- (C) opõe-se à proposta de uma base comum de cultura geral para todos.
- (D) atende integralmente às necessidades e expectativas da comunidade.
- (E) esforça-se para eliminar os efeitos do chamado *currículo oculto*.

12. Em sua discussão sobre o conceito de qualidade no contexto da Educação Infantil, Dahlberg, Moss e Pence (2019) problematizam diferentes ideias e práticas presentes nessa etapa do ensino escolar.

Uma dessas práticas é a documentação pedagógica, entendida pelos autores como

- (A) uma representação objetiva dos eventos escolares na qual se deve garantir fidedignidade.
- (B) uma exigência burocrática que contrasta com a perspectiva democrática.
- (C) um registro subjetivo feito pela própria criança, preferencialmente sem intervenção adulta.
- (D) uma construção social e política em que os professores também participam ativamente.
- (E) um conjunto privado e sigiloso de materiais e informações sobre a vida escolar do aluno.

13. Lerner (2002) afirma que distribuir os conteúdos no tempo é uma exigência inerente ao ensino. Especificamente em relação ao ensino da língua escrita, a autora apresenta a seguinte descrição sobre uma forma de distribuição do conteúdo:

“[...] propor, no começo, certas sílabas ou palavras e introduzir outras nas semanas ou meses consecutivos, graduando as dificuldades; no primeiro ciclo, apresentar exclusivamente textos de determinados gêneros e reservar outros para o segundo... O ensino se estrutura, assim, conforme um eixo temporal único, segundo uma progressão linear, acumulativa e irreversível.”

Segundo a autora, essa forma de ensinar

- (A) dificulta a escolarização da leitura, apesar de ser fiel à versão social dessa prática.
- (B) replica com exatidão o tempo e o ritmo da própria aprendizagem individual.
- (C) é especialmente bem-sucedida por evitar o parcelamento e a sequenciação do ensino.
- (D) diverge da função escolar, por visar à formação de uma comunidade de escritores.
- (E) entra em contradição com a natureza indissociável das práticas de leitura e escrita.

14. Com base nos argumentos de Martins (*In*: Facci; Abrantes; Martins, 2016), assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com a perspectiva teórica de Vygotsky.

- (A) Conceitos científicos e conceitos espontâneos desenvolvem-se de forma análoga.
- (B) O desenvolvimento é um processo independente e não subjugado ao ensino.
- (C) A formação de novos conceitos reorganiza todas as funções psíquicas.
- (D) O desenvolvimento se dá a partir da similaridade entre processos biológicos e culturais.
- (E) Os signos exercem uma função simbólica não instrumental no desenvolvimento.

15. O documento da ONU intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável* (2015) elenca 17 objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados até 2030, como parte de uma agenda global.

Um dos objetivos previstos no documento é

- (A) promover a agricultura intensiva e extrativista, garantindo subsistência a todos.
- (B) assegurar a conclusão definitiva dos processos educativos antes da idade adulta.
- (C) promover formas laborais alternativas, fomentando o trabalho autônomo.
- (D) incentivar os modos de vida urbanos a fim de ampliar a qualidade de vida.
- (E) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

16. Leia o excerto a seguir:

“[...] desejamos chamar a atenção para alguns aspectos que tratam da transformação do olhar do educador para os espaços escolares [...]. Acreditamos que há muito a ser feito no sentido de reconhecer esses espaços como lugares que favorecem diversos aprendizados e compreender o papel dos educadores no processo de desemparedamento de crianças, adolescentes e jovens.”

(Barros, org., 2018)

Em coerência com a perspectiva que subsidia o excerto, é correto afirmar que, na relação com os espaços escolares e os eventuais riscos que esses podem oferecer, os educadores devem

- (A) permitir riscos benéficos nos quais as crianças se engajam por livre escolha, conseguem dimensionar as consequências e lidar com elas.
- (B) possibilitar total liberdade de movimento e expressão às crianças, pois elas têm plena capacidade de discernir riscos que podem comprometer sua integridade.
- (C) evitar quaisquer situações que gerem riscos às crianças, compreendendo que a educação escolar deve ser, por essência, separada das situações educativas informais.
- (D) garantir espaços seguros e com riscos calculados de modo a privilegiar o exercício cognitivo, que é soberano na construção do conhecimento.
- (E) planejar intencionalmente a disposição de riscos às crianças, de modo a disciplinar o corpo infantil para o exercício intelectual e as exigências sociais futuras.

17. Ao discutirem diferentes propostas de aplicação do ensino híbrido, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) descrevem uma delas nos seguintes termos:

“[...] a teoria é estudada em casa, no formato *online*, e o espaço da sala de aula é utilizado para discussões, resolução de atividades, entre outras propostas. O que era feito em classe (explicação do conteúdo) agora é feito em casa, e o que era feito em casa (aplicação, atividades sobre o conteúdo) agora é feito em sala de aula. Esse modelo é valorizado como a porta de entrada para o ensino híbrido [...]”.

Essa descrição corresponde especificamente à proposta que os autores denominam

- (A) laboratório rotacional.
- (B) ensino domiciliar.
- (C) sala de aula invertida.
- (D) modelo *à la carte*.
- (E) modelo virtual enriquecido.

18. Segundo Moran (*In*: Bacich; Moran, 2018), o contexto contemporâneo é marcado por uma vasta oferta de oportunidades de aprendizagem fora das instituições formais.

De acordo com os argumentos do autor, algo que a educação formal precisa fazer se quiser continuar sendo relevante é

- (A) personalizar integralmente o ensino para cada aluno e reduzir o recurso à coletividade.
- (B) desencorajar o consumo de conteúdo informal disponibilizado nas redes digitais.
- (C) automatizar o processo de ensino, amplificando o alcance da escola por meio da inovação.
- (D) incorporar e combinar caminhos individuais, colaborativos e tutoriais de aprendizagem.
- (E) incentivar o autodidatismo, suprimindo progressivamente ações de orientação e supervisão.

19. Em coerência com a política de educação especial atualmente vigente no Brasil, Ropoli *et al.* (2010) defendem que a escola comum se torna inclusiva quando

- (A) promove diferenciação pela deficiência, aderindo ao paradigma da *escola dos diferentes* como solução privilegiada para atender às necessidades dos alunos.
- (B) reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.
- (C) entende as diferenças como resultantes da diversidade, assumindo que todas as identidades são estáveis, permanentes, acabadas e, portanto, legítimas.
- (D) busca se alinhar às *escolas-padrão*, reconhecendo que essas escolas expressam um ideal pedagógico de qualidade a ser aplicado em qualquer contexto escolar.
- (E) evidencia uma atuação pedagógica pautada na centralidade dos currículos adaptados, do ensino diferenciado e da terminalidade específica.

20. Conforme a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva* (Brasil, 2008), o atendimento educacional especializado

- (A) deve ser ofertado no mesmo turno da classe comum.
- (B) tem caráter substitutivo ao ensino regular.
- (C) é equivalente às classes especiais.
- (D) disponibiliza programas de enriquecimento curricular.
- (E) é obrigatório e deve iniciar-se no Ensino Fundamental.

21. Kramer (*In*: Brasil, 2007), em texto que aborda a construção histórica da infância e o conceito de cultura infantil, analisa alguns desafios que se apresentam à educação de crianças, seja na Educação Infantil (EI) ou no Ensino Fundamental (EF).

Conforme a autora, é correto afirmar que

- (A) EI e EF se articulam por meio da experiência com a cultura.
- (B) a EI é, essencialmente, uma preparação qualificada para o EF.
- (C) EI e EF, do ponto de vista da criança, são níveis de ensino fragmentados entre si.
- (D) EI e EF devem ser dissociados, sinalizando à criança a diferença entre as duas etapas.
- (E) EI e EF são instâncias de formação instrucional e não de formação cultural.

22. Leia o excerto a seguir, extraído da *Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2017):

“[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender _____ desse desenvolvimento”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, considerando as concepções de educação integral e de desenvolvimento humano que embasam o documento.

- (A) o caráter contingente e arbitrário
- (B) o propósito utilitário e cosmopolita
- (C) a primazia afetivo-emocional
- (D) a universalidade atemporal
- (E) a complexidade e a não linearidade

23. O Complemento à BNCC referente à área de Computação (Brasil, 2022) apresenta orientações para a inserção dessa temática na Educação Básica. Em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, o documento se organiza em três Eixos a partir dos quais são distribuídos os objetivos de aprendizagem e as habilidades previstas.

Com centralidade estruturante nas diretrizes do documento, os três Eixos são, especificamente:

- (A) programação, robótica e inteligência artificial.
- (B) pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.
- (C) redes virtuais, empreendedorismo digital e sociabilidade virtual.
- (D) automação, aprendizagem digital e inovação tecnológica.
- (E) gamificação, metaverso e *storytelling*.

24. O *Currículo Jundiense* voltado ao Ensino Fundamental (Jundiá, 2022) apresenta a perspectiva do município sobre avaliação da aprendizagem.

A esse respeito, é correto afirmar que o documento recomenda evitar instrumentos avaliativos

- (A) de caráter diagnóstico.
- (B) com o objetivo de coletar de dados.
- (C) com finalidade seletiva.
- (D) heterogêneos ou dialéticos.
- (E) orais ou não escritos.

25. Por ocasião da Pandemia de Covid-19, em 2021 foi lançado o *Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiá*. No documento, o direito ao meio ambiente saudável é abordado como um direito

- (A) que deve compor o currículo, embora não se aplique às edificações escolares.
- (B) previsto constitucionalmente como fundamental, além de inalienável.
- (C) instituído circunstancialmente durante a fase pandêmica.
- (D) ainda não reconhecido na legislação, mas necessário.
- (E) juridicamente incompatível com o direito ao bem comum.

CONHECIMENTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal, art. 206, o ensino será ministrado com base no seguinte princípio, entre outros:

- (A) liberdade de expressão e de ensino, desde que compatível com a ideologia oficial adotada pelo Estado.
- (B) uniformidade de ideias e de concepções pedagógicas, garantida a unidade pedagógica nacional.
- (C) permanência na escola pública condicionada à frequência escolar e à capacidade acadêmica dos educandos.
- (D) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- (E) gestão meritocrática do ensino público, mediante escolha dos diretores por representantes da comunidade local.

27. Conforme a Lei Federal nº 9.394/96, art. 13, os docentes incumbir-se-ão de, entre outros,

- (A) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- (B) realizar visitas domiciliares para verificação de frequência e conduta dos educandos.
- (C) definir o calendário escolar e a carga horária anual dos alunos da unidade de ensino.
- (D) fixar as normas disciplinares gerais da escola, encaminhando-as para a ciência da equipe gestora.
- (E) controlar a frequência e aplicar sanções a pais ou responsáveis por reiterada ausência em reuniões.

28. Em uma escola pública de ensino fundamental, constatou-se que uma das crianças era vítima de maus-tratos, em casa, por familiares.

Diante dessa situação, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990, art. 56, o dirigente do estabelecimento de ensino deve

- (A) ir à delegacia para registrar boletim.
- (B) afastar a criança do convívio familiar.
- (C) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
- (D) convocar urgentemente os pais para uma reunião.
- (E) resolver internamente o caso com a equipe gestora.

29. Conforme a Lei nº 13.257/2016, art. 4º, as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de

- (A) ensino e aprendizagem centrados em conteúdos curriculares.
- (B) assimilação de regras de conduta mediante exercícios disciplinares.
- (C) interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas.
- (D) aprendizagem e desenvolvimento por meio de atividades individuais.
- (E) construção de conhecimento mediante tarefas de observação e reprodução.

30. Depois de uma longa disputa judicial, a professora Maria, que havia sido demitida de uma escola pública municipal de Jundiaí, voltou a ocupar o mesmo cargo que exercia antes. Além de reassumir suas aulas, ela recebeu todos os salários e benefícios correspondentes ao período em que esteve afastada, com o reconhecimento do tempo de serviço e demais direitos ligados à função.

Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Jundiaí (Lei Complementar nº 499/2010), este é um exemplo de

- (A) reversão.
- (B) nomeação.
- (C) readaptação.
- (D) reintegração.
- (E) aproveitamento.

31. De acordo com o Estatuto do Magistério Público Municipal de Jundiaí (Lei Complementar nº 511/2012), art. 46, um dos deveres dos servidores públicos do magistério é

- (A) manter o espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral.
- (B) substituir, sempre que necessário, a função da família na orientação moral e afetiva do estudante.
- (C) fornecer material pedagógico de uso pessoal (cadernos, lápis, borracha) aos estudantes carentes.
- (D) prover atendimento psicológico aos alunos que apresentarem dificuldades emocionais durante as aulas.
- (E) garantir a formação religiosa do aluno, promovendo cultos e celebrações dentro do horário regular de aulas.

32. Conforme o Decreto nº 33.518/2023 (Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiaí), art. 70, _____ é um órgão de representação da comunidade escolar, constituindo-se num espaço de diálogo, discussão e participação; é de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, formado(a) por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) o Conselho Escolar
- (B) o Grêmio Estudantil
- (C) o Conselho de Ciclo
- (D) o Diretório Acadêmico
- (E) a Associação de Pais e Mestres (APM)

33. De acordo com o Decreto nº 23.740/2012 (que institui o Código de Ética do Servidor Público Municipal de Jundiá), art. 8º, em caso de infração ética, o Código sujeitará o infrator à sanção de
- (A) suspensão imediata aplicada pela chefia direta sem contraditório formal.
 - (B) censura verbal aplicada pela Comissão de Ética após procedimento sumário.
 - (C) advertência escrita aplicada automaticamente pelo setor de recursos humanos.
 - (D) demissão sumária aplicada pelo Prefeito em exercício e em caráter irrevogável.
 - (E) multa administrativa aplicada pela Comissão de Ética, com direito ao contraditório.
34. Conforme a Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, art. 9º, a escola de qualidade social adota como centralidade
- (A) o professor e o ensino.
 - (B) a avaliação e o reforço escolar.
 - (C) o estudante e a aprendizagem.
 - (D) a gestão democrática e o currículo.
 - (E) o planejamento e o projeto pedagógico.
35. Conforme a Resolução nº 7/2010, art. 33, os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de
- (A) funcionar como mecanismo de controle do comportamento dos alunos, reforçando a autoridade do professor em sala de aula.
 - (B) subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.
 - (C) validar a eficiência da escola por meio das notas altas obtidas, tomando o desempenho estatístico como indicador exclusivo de qualidade.
 - (D) servir como instrumento de classificação hierárquica entre os estudantes, destacando os que apresentam melhor desempenho.
 - (E) viabilizar a identificação dos alunos com menor capacidade de aprendizagem, permitindo que sejam separados para reforço escolar.

36. O Código de Ética (Resolução CONFEF nº 508/2023) que rege a atuação dos profissionais de Educação Física trata, no Capítulo II, das responsabilidades e dos deveres desses profissionais.

Segundo o art. 3º do referido capítulo, o profissional de Educação Física deve elaborar o programa de atividades em função

- (A) das condições gerais de saúde do beneficiário.
 - (B) do valor da remuneração estabelecida em contrato.
 - (C) da distância percorrida até o local do serviço.
 - (D) da orientação político-ideológica do cliente.
 - (E) do nível socioeconômico do cliente.
37. A Educação Física pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas, de acordo com a área de conhecimento adotada. Uma dessas áreas de conhecimento entende que o corpo humano é construído culturalmente, pois ele é, ao mesmo tempo, natural e social, uma vez que possui um componente inato e outro adquirido. Essa área científica não compartilha da concepção de natureza humana que só vê no corpo humano o aspecto biológico.
- A área descrita fundamenta os estudos de Daolio (*Da cultura do corpo*, 2010) e se denomina
- (A) Psicologia.
 - (B) Cinesiologia.
 - (C) Antropometria.
 - (D) Antropologia.
 - (E) Cineantropometria.
38. Stigger (*Educação Física, esporte e diversidade*, 2005), ao escrever sobre as dimensões sociais do esporte, identifica dois grupos de autores: um que caracteriza o esporte como uma realidade cultural específica e outro que conduz a reflexão para a aceitação da heterogeneidade das manifestações esportivas.
- Segundo Stigger, para o segundo grupo, o esporte é
- (A) uma prática social inserida em diferentes universos e com significados peculiares.
 - (B) um fenômeno cultural retratado pelas competições esportivas oficiais.
 - (C) um fenômeno cultural restrito às competições esportivas de alcance mundial.
 - (D) aquela prática social que atrai grande público via meios de comunicação de massa.
 - (E) o fenômeno social representado pelas diferentes modalidades dos Jogos Olímpicos.

39. Habilidade motora é um dos conceitos mais importantes para a abordagem desenvolvimentista, segundo Darido (*Educação Física na escola: questões e reflexões*, 2003).

De acordo com essa autora, a prática das habilidades motoras

- (A) tem como consequência exclusiva o desenvolvimento motor.
- (B) pode produzir outras aprendizagens, além do aspecto motor.
- (C) tem como consequência exclusiva o condicionamento físico.
- (D) é indicada para crianças, mas não para adolescentes e adultos.
- (E) está ligada ao esporte, e não aos problemas motores do dia a dia.

40. Analise o seguinte caso hipotético:

Um professor de Educação Física trabalha fundamentado na concepção crítico-superadora defendida por Soares e colaboradores (*Metodologia do ensino da Educação Física*, 2009). Ao tratar do tema Dança, ele se preocupa em conseguir meios para estimular os estudantes a compreenderem que qualquer manifestação de dança se situa em um contexto histórico, cujas pessoas estão sujeitas a múltiplas influências (técnicas, culturais, socioeconômicas, religiosas etc.). Para isso, apresentou, em uma aula, materiais diferentes, conteúdos diferentes a respeito de dança, provenientes de diversas fontes de informação, para que fossem estudados, analisados, debatidos e relacionados.

De acordo com os autores da concepção pedagógica adotada pelo professor, o princípio curricular que preconiza que os diferentes conteúdos devem ser trabalhados para que o estudante compreenda a relação entre eles e que orienta o professor a proceder da maneira descrita no caso mencionado é o princípio da

- (A) simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade.
- (B) adequação às possibilidades motoras dos estudantes.
- (C) adequação à prática social dos estudantes.
- (D) ludicidade como base do aprendizado.
- (E) sacralização dos saberes do senso comum.

41. Ao redigir um plano de aula, o professor precisa pensar para que, o que, como e com o que ensinar.

O “para que ensinar” corresponde aos

- (A) procedimentos de ensino.
- (B) conteúdos da aula.
- (C) objetivos da aula.
- (D) recursos didáticos que serão usados.
- (E) procedimentos de acompanhamento do aprendiz.

42. Em relação à diversidade presente entre os estudantes que compõem as turmas para as aulas de Educação Física escolar, o professor de Educação Física precisa saber que os princípios básicos da inclusão se aplicam aos estudantes

- (A) com deficiência física, exclusivamente.
- (B) com qualquer tipo de deficiência, sem abranger outras diferenças, como gênero ou habilidade motora.
- (C) da turma, seja qual for a característica que os distingue dos demais.
- (D) que precisam de atendimento educacional individualizado, estritamente.
- (E) com laudo feito pela coordenação pedagógica atestando que carecem de reforço escolar.

43. Leia o seguinte trecho:

As aulas de dança podem promover oportunidades para que os alunos identifiquem problemas, levantem hipóteses, reúnam dados e reflitam sobre situações relacionadas ao fazer e ao pensar essa arte na escola. Centrada no corpo, as aulas de dança podem traçar relações diretas com situações de dor e prazer, alimentação, uso de drogas e prevenção e cura de lesões, sem que se afaste de seus conteúdos específicos.

(Isabel Marques, *Dançando na escola*, 2003)

Nesse trecho, Marques (2003) defende que a Dança está ligada à Educação para

- (A) a saúde.
- (B) a convivência pacífica.
- (C) o convívio familiar.
- (D) o controle emocional.
- (E) o combate à violência.

44. O ensino de lutas na escola dá aos estudantes a oportunidade de vivenciarem experiências que não costumam ser disponibilizadas em outras atividades, como as ligadas às ginásticas, ao atletismo ou aos esportes coletivos, por exemplo.

No relato didático presente no texto de Nascimento e Almeida ("A tematização das lutas na Educação Física escolar: restrições e possibilidades", 2007), as lutas foram elaboradas e reelaboradas pelos estudantes no sentido de promoverem a vivência da lógica específica das lutas representada pela

- (A) pura cooperação.
- (B) oposição com contato físico.
- (C) competição de alto desempenho.
- (D) superação do próprio desempenho.
- (E) oposição com colaboração entre os membros da mesma equipe.

45. De acordo com Paes ("A pedagogia do esporte e os jogos coletivos", em Dante de Rose Jr., *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*, 2009), para ensinar esporte na escola, o professor não pode se limitar às questões metodológicas, e sim deve considerar que a função do esporte é facilitar o processo educacional.

Nessa linha de pensamento, Paes (2009) propõe que o professor de Educação Física

- (A) ensine os conteúdos técnicos e táticos de maneira fragmentada.
- (B) planeje aulas nas quais a prática dos gestos técnicos seja repetitiva.
- (C) oriente suas aulas pelos valores filosóficos presentes no esporte de rendimento.
- (D) vincule sua prática aos objetivos estabelecidos no projeto pedagógico da escola.
- (E) garanta que as atividades conduzam o estudante à especialização esportiva precoce.

46. O desenvolvimento motor é um processo contínuo que acontece ao longo de toda a vida do ser humano.

Em relação à sequência do desenvolvimento motor humano e à sua velocidade de progressão durante a primeira infância, Tani e colaboradores (*Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*, 1988) afirmam que a primeira é

- (A) a mesma para todas as crianças e que a segunda varia.
- (B) variável e que a segunda é a mesma em todas as crianças.
- (C) invariável, assim como a segunda.
- (D) imprevisível e inconstante, assim como a segunda.
- (E) imprevisível, mas a segunda não.

47. Segundo Gallahue e Ozmun (*Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*, 2005), os movimentos fundamentais são caracterizados por uma série organizada de movimentos que desempenham tarefas motoras básicas. Exemplos desses movimentos são correr, saltar, arremessar etc. Nos primeiros anos da Educação Básica, visando ao desenvolvimento motor das crianças, é importante que o professor de Educação Física estimule a vivência das atividades nas três classes de movimentos fundamentais mencionadas por Gallahue e Ozmun (2005).

Essas classes compreendem, além dos movimentos locomotores, também os movimentos

- (A) instrumentais e associativos.
- (B) artesanais e instrumentais.
- (C) operacionais e equilibradores.
- (D) operativos e concretos.
- (E) manipulativos e estabilizadores.

48. Jean Le Boulch (*Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar*, 1987) faz algumas recomendações didáticas para orientar a ação do professor que atua nos anos iniciais da Educação Básica no sentido de promover a educação pelo movimento.

Assinale a alternativa que expressa corretamente uma dessas recomendações do autor ligada ao interesse ou ao desinteresse da criança pela atividade proposta pelo professor.

- (A) A atividade deve ser mantida pelo tempo planejado, ignorando se há ou não interesse da criança por ela.
- (B) O professor deve passar a atividade para a criança treinar em casa, caso ela demonstre perder o interesse durante a aula.
- (C) A atividade ou exercício deve ser interrompido quando a criança perder o interesse.
- (D) O professor deve insistir com a criança para que ela mantenha o interesse na atividade.
- (E) O professor deve punir a criança que demonstrar perder o interesse pela atividade.

49. A respeito do que se entende por brinquedo, brincadeira e jogo, Kishimoto (*Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*, 1997) esclarece que

- (A) brinquedo, brincadeira e jogo significam a mesma coisa, são sinônimos.
- (B) brincadeira é o objeto utilizado no brinquedo, e brinquedo é o lúdico em ação.
- (C) o jogo costuma possuir o mesmo significado em diferentes culturas, mas o brinquedo não.
- (D) o brinquedo promove a construção do conhecimento infantil, mas a brincadeira não.
- (E) brincadeira é o lúdico em ação, relaciona-se com a criança, mas não se confunde com o jogo.

50. Freire (*Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*, 2010) recomenda que os educadores que trabalham na etapa da Educação Infantil evitem organizar aulas com exercícios monótonos para as crianças e, em vez disso, incluam a vivência de jogos e de brinquedos que terão como objetivo fazer a linguagem corporal que as crianças já possuem ser

- (A) respeitada e enriquecida.
- (B) modificada totalmente para ajustar a criança à sociedade.
- (C) transformada para garantir que ocorra o desenvolvimento motor.
- (D) homogeneizada para eliminar diferentes repertórios motores da turma.
- (E) ignorada, pois não interfere em novos aprendizados motores ou sociais.

